


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **0005680-63.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 28/11/2013 09:53:59 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

WANEISSA PEREIRA DOS SANTOS move ação de indenização por danos materiais e morais contra EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A – EMBRATEL, alegando que a ré promoveu a negativação de seu nome nos órgãos restritivos indevidamente por dívida já paga, o que causou-lhe danos morais em razão do abalo à honra objetiva e subjetiva e materiais de R\$ 55,00 em razão da despesa que teve para contratar empresa a fim de confirmar a negativação.

A liminar foi indeferida (fls. 17/22).

A ré contestou alegando que agiu no exercício regular de direito, que não houve defeito/vício na prestação do serviço e que não incorreram danos.

Houve réplica.

O juízo determinou às partes que especificassem provas.

Aos autos aportou documento, sobre o qual manifestaram-se as partes.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

A autora foi negativada pela ré em 20/02/11 (fls. 12), por dívida (fls. 14) paga em 01/11/10 (fls. 15), de modo que, indubitavelmente, incorreu a ré em ilícito, o que atrai a sua responsabilidade por danos eventualmente suportados pela vítima, em razão da falha na prestação dos serviços (art. 20 c/c art. 6º, VI, CDC).

A respeito dos danos morais, estes decorrem das regras de experiência (art. 335, CPC), uma vez que a inscrição gera abalo ao crédito, com vulneração da honra do consumidor em seu âmbito objetivo.

Observe-se que, quando negativada em 20/02/11, não havia inscrição preexistente (fls. 680), não


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

se aplicando a Súm. 385 do STJ.

Segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a fim de compensar a autora pelos danos extrapatrimoniais suportados bem como desestimular a ré a persistir em ilícitos desta jaez, arbitro a indenização em R\$ 10.000,00.

A respeito dos danos materiais, a ré não impugnou especificamente, de modo que presume-se verdadeira (art. 302, CPC) a alegação da autora de que, ao ver seu crédito negado em estabelecimento comercial, teve que gastar R\$ 55,00 para a contratação de empresa que imprimiu o documento de fls. 12/13, devendo ser acolhido, então, também este pedido.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação e CONDENO a ré a pagar à autora: a) R\$ 10.000,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde a presente data (Súm. 362, STJ) e juros moratórios de 1% ao mês desde a negativação em 20/02/11 (Súm. 54, STJ); b) R\$ 55,00, com atualização monetária desde 10/12/12 (Súm. 43, STJ, fls. 12) e juros moratórios de 1% ao mês desde a negativação em 20/02/11 (Súm. 54, STJ). CONDENO a ré, ainda, em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 04 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA